



FAMÍLIA E ESCOLA: A CONSTRUÇÃO DA HOMOFOBIA NO BRASIL

Maycon Regis Nogueira dos Santos¹, Emerson André de Godoy²

Resumo: Este artigo pretende levantar questões acerca da construção social da homofobia no Brasil e busca problematizar alguns dos modos pelos quais a família e a escola têm contribuído para a constituição de uma sociedade homofóbica. Em um primeiro momento a análise dar-se-á envolvendo a questão familiar, visto que há uma naturalização no processo de educação dentro do contexto familiar, como em outros ambientes, baseado em um modelo *heteronormativo* de sociedade, e uma tendência de invisibilidade dos outros modelos, conseqüentemente, causando a impressão de que não são naturais. Quanto à escola, esse ambiente social nem sempre é acolhedor e inclusivo, nessa perspectiva, o ambiente escolar configura-se cercado pela naturalização da homofobia, promovendo e provocando o abandono escolar dos indivíduos pertencentes à comunidade LGBT. Estes constantemente são vítimas de agressões, piadas e do ódio de seus colegas e professores, ressaltando que a homofobia acontece de diversas formas e nos dois ambientes sociais: familiar e escolar, e as agressões e humilhações sejam elas físicas, psicológicas ou moral são desconsideradas na maioria das ocasiões. Sendo assim, faremos uma revisão bibliográfica seguindo a perspectiva pós-estruturalista, para construir uma análise de como acontece a construção dessa homofobia e, assim, responder questões importantes inerentes a esta, de forma que se possa contribuir com o próprio movimento LGBT.

Palavras-chave: Família. Escola. Homofobia.

¹ Bacharel em Ciências contábeis e graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Bolsista PET - Programa de educação tutorial Conexões de Saberes.

² Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Professor da Educação Básica - Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Professor de Ensino Superior - Faculdades Integradas Stella Maris de Andradina (FISMA).





FAMILY AND SCHOOL: THE BUILDING OF THE HOMOPHOBIA IN BRAZIL

Abstract: This article intends to raise questions about the social homophobia construction in Brazil, looking for review ways how family and school contribute to the formation for a homophobic society. In the first moment involve the analysis from the family sphere, since there is a naturalization in education's process inside of the families contexts, such as in other environment based on the society heteronormative models, and a tendency of invisibility to another models, consequently causing the impression that aren't natural. As the schools, this social environment not always is hospitable and inclusive, at this perspective, the education's environment it set surrounded by the homophobia naturalization, promoting and instigate school renouncement of individuals, who belongs to the LGBT community. Those peoples are constantly victims of aggressions, jokes and hatreds from their classmates and teachers, highlighting that homophobia happens in many ways and both social environments: educational and in the family sphere, the humiliation and assault such as physical, psychological or morals are dismissed in most occasions. Under these circumstances, we will do a bibliography review following the post-estructuralistic perspective, to build an analysis how it happens the structuring of the homophobia, and like this, answer important question inherent to this one, that way it can contribute with the LGBT community itself.

Key words: Family. School. Homophobia.

INTRODUÇÃO

Nos mais diversos espaços sociais ocorrem variados tipos de opressões a grupos tidos como minoritários, sejam esses de origem sexual, gênero, raça ou credo. Tais grupos sofrem inúmeros tipos de repressões durante o desenrolar da vida, no caso da homossexualidade, a primeira delas é a familiar.

Segundo a historiadora Schulman (2010), a família é o primeiro lugar em que a pessoa, independente da orientação sexual e





do gênero, aprende ou vivencia a homofobia, sendo ela praticante do ato homofóbico ou vítima dele.

Sendo assim, a criança entra para sua jornada de vida, seja ela escolar ou em qualquer outro âmbito social, com uma carga de preconceito que se desenvolveu no seu ambiente familiar.

Essa repressão aprendida no seio da família tende a se refletir em todos os ambientes onde essa pessoa irá percorrer, inclusive nas escolas que ela frequenta. Isso faz com que o ambiente escolar, que não é parte desconexa dessa sociedade, reproduza com muita violência discursos de ódio contra essas minorias. Por conseguinte, a vivência escolar torna-se extremamente agressiva para diversos tipos de pessoas e faz com que elas acabem evadindo-se da escola. Segundo Nilson Fernandes Dinis:

Na escola o bullying homofóbico tem resultado na evasão escolar de estudantes que expressam identidades sexuais e de gênero diferentes da norma heterossexual, e mesmo nas tentativas de suicídio de adolescentes em conflito com sua identidade sexual e de gênero, devido aos preconceitos e a discriminação sofrida no espaço escolar. Uma das principais vítimas no processo de evasão escolar também são as adolescentes travestis e as (os) adolescentes transexuais que dificilmente conseguem terminar seus estudos, sendo forçadas (os) a abandonar a escola, já que diferentemente de adolescentes gays e lésbicas, têm mais dificuldade em esconder sua diferença, tornando-se as vítimas mais visíveis dessa violência escolar. Mas a situação de estudantes gays e lésbicas que tentam esconder sua orientação sexual também não é mais fácil já que o silenciamento e o ocultamento de sua sexualidade é também uma forma de violência (DINIS, 2011, p. 43).

A homofobia aprendida, e que se expressa no ambiente escolar, faz com que as pessoas da comunidade LGBT, muitas vezes, não consigam concluir seu processo de escolarização. E os indivíduos, nesse grupo, que sentem mais essa exclusão é a travesti ou a transexual, pois quanto mais o sujeito se aproxima do feminino, mais ele será ridicularizado e exposto à execração pública. Segundo nos apresenta Welzer-Lang (2001), na socialização masculina, para o indivíduo ser considerado um homem, faz-se necessário ser algo





diferente de uma mulher. Com isso, o que é feminino torna-se um ponto de rejeição central. Por conseguinte, o homem com essas características deve ser combatido, sob ameaça de ser também tratado como uma mulher, pois é inaceitável um homem performar tal papel.

Portanto, nessa perspectiva, a masculinidade, na sociedade em que vivemos, está ligada ao viril, a algo superior, mais forte, diferentemente do feminino, que é visto como o inferior, o frágil. Portanto, para essa sociedade, o homem que se coloca nessa posição inferior merece ser punido, pois estaria se colocando em uma condição de submissão a outros e, logo, deve ser tratado como algo menor, deplorável. Assim sendo, homens efeminados, travestis e transexuais costumam ser ridicularizados/as, expostos/as, marginalizados/as e considerados/as uma afronta ao masculino, sobretudo para aqueles que praticam excessos de masculinidade por medo ou repulsa de serem confundidos com o feminino.

Essa misoginia e LGBTfobia contribui substancialmente para que elas e eles não prossigam em seu processo de escolarização.

Assim, é correto afirmar que a sexualidade ainda é um tabu na sociedade brasileira e isso nos colocou no mapa de países que mais matam homossexuais no mundo, visto que a heteronormatividade não admite outra forma de sexualidade, e a violência torna-se natural, quando é direcionada a esse grupo. De acordo com o relatório anual do Grupo Gay da Bahia *Quem a homofobia matou hoje*³:

343 LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) foram assassinados no Brasil em 2016. Nunca antes na história desse país registraram-se tantas mortes, nos 37 anos que o Grupo Gay da Bahia (GGB) coleta e divulga tais homicídios. A cada 25 horas um LGBT é barbaramente assassinado vítima da "LGBTfobia", o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Matam-se mais

³O relatório anual "Quem a homofobia matou hoje" é um relatório elaborado pelo Grupo Gay da Bahia que traz os casos de homofobia ocorridos anualmente no país. Este se baseia em mídias, internet e informações pessoais para levantamento dos dados. Atualmente é a fonte mais relevante sobre o assunto no país.





homossexuais aqui do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT. Tais mortes crescem assustadoramente: de 130 homicídios em 2000, saltou para 260 em 2010 e para 343 em 2016. Durante o governo FHC mataram-se em média 127 LGBT por ano; no governo Lula 163 e no governo Dilma/Temer, 325. (GRUPO GAY DA BAHIA, 2017, p. 1).

Pelos dados demonstrados acima, verifica-se que os assassinatos estão crescendo em quantidades alarmantes, mas mesmo assim acredita-se que o número de assassinatos sejam ainda maiores, pois, não havendo interesse do Estado em dar notoriedade aos casos, não há uma estimativa governamental, fazendo com que a GGB⁴ tenha que filtrar essas notícias na mídia, internet e informações pessoais, ou seja, são baseadas em dados não oficiais.

Assim, este artigo vai tratar da formação de uma cultura homofóbica, construída por meio das referências negativas da homossexualidade, por intermédio das vivências culturais de dois importantíssimos ambientes sociais: família e escola.

Com isso, caso se considere o homem enquanto sujeito social, histórico, que busca referências no passado para se articular no presente, pode-se observar o motivo do aumento de casos homofóbicos no país, uma vez que somente a heterossexualidade é aceita e tida como normal no Brasil. E essa concepção é fruto de um sistema heteronormativo, de uma cultura machista, que permeia toda a sociedade brasileira, desde o período da Colonização, com a chegada dos primeiros invasores. Para Richard Miskolci:

[...] a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e "natural" da heterossexualidade. (MISKOLCI, 2009, p. 156/157).

⁴A sigla GGB significa Grupo Gay da Bahia e faz referência a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Foi fundado em 1980 e registrou-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983.





Nessa perspectiva, é importante ressaltar que inclusive sujeitos não heterossexuais são imbuídos por essa grande cultura heteronormativa e, muitas vezes, reproduzem-na da mesma forma que sujeitos pertencentes a essa normativa. Miskolci ainda analisa:

O estudo da heteronormatividade como aparato do poder e força normalizadora característica da ordem social do presente foi (e algumas vezes ainda é) confundido como a descrição das normas contra as quais lutariam sujeitos socialmente classificados como anormais, pervertidos, sexualmente desviantes, em suma, termos sintetizados pela palavra queer na língua inglesa. No entanto, os principais teóricos queer demonstraram que tais sujeitos frequentemente também estão enredados na heteronormatividade. (MISKOLCI, 2009, p. 157).

Ou seja, faz-se necessário e urgente que a escola enquanto espaço social traga à tona a discussão sobre sexualidade a partir de elementos fundados e fundamentados em estudos, uma vez que a instituição escolar já reproduz a construção cultural heteronormativa. Este estudo não tem a intenção de se colocar contra a heterossexualidade, a pretensão enquanto modelo escolar é desnaturalizar a homofobia, a intolerância e a discriminação e para isso se faz necessário que os profissionais da educação tenham uma formação adequada para lidar, enfrentar e discutir sexualidade.

HOMOFOBIA NA EDUCAÇÃO FAMILIAR

No Brasil, vive-se em um ambiente de extrema urgência no enfrentamento da homofobia. Ela está presente em todos os locais e, quase sempre, resulta em violência verbal, física, e, muitas vezes, em mortes. Nesse sentido, Daniel Borrillo salienta que:

A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica de sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção





constante de uma forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização da sexualidade e, dessa postura, extrai consequências políticas (BORRILLO, 2010, p. 34).

Essas consequências políticas interferem de diversas formas na vida da pessoa que faz parte da comunidade LGBT. Elas podem ser percebidas na falta de políticas públicas para essa população. Atualmente, observa-se a negação do Congresso Nacional em discutir temas como: o direito ao casamento civil desses cidadãos, agressão a homossexuais como crime de LGBTfobia, dentre outras pautas políticas.

Há que se discutir e demonstrar de forma clara, que a homofobia é recorrente em todos os ambientes da sociedade brasileira, pois todos os lugares estão envolvidos por uma cultura sexista⁵, machista e heteronormativa, ensinada na escola, na rua e no ambiente familiar, portanto, sua problematização e superação se fazem necessárias.

O processo de educação no seio familiar, como em todos os outros ambientes, é baseado em um modelo *heteronormativo* de sociedade, na qual todos os outros modelos são invisíveis e causam a impressão de que não são naturais. De acordo com Guacira Lopes Louro:

O processo de "fabricação" dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis ou dos decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-lo nos solenes discursos das autoridades (embora todas essas instâncias também façam sentido), nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolvem todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como "natural". (LOURO, 2003, p. 63).

Essa naturalização de algumas práticas, em detrimento de outras, não são somente perigosas para as crianças pertencentes à

⁵Sexismo: é o tipo de discriminação que se fundamenta no sexo.





população LGBT⁶, mas também para as crianças heterossexuais. Para o primeiro grupo, são perigosas no sentido de que não é permitido que vivencie sua sexualidade plenamente, pois a carga negativa implantada pela família sobre essas outras formas de vivenciar a sexualidade é tão grande, que a pessoa entra em um gigantesco processo de negação de si mesma. Para o segundo grupo, essa negatividade sobre a homofobia, por exemplo, vai surtir outros efeitos como: aversão a homossexuais, não aceitação do diferente, repulsa, nojo, culminando assim na LGBTfobia.

A falta de informação sobre sexualidade faz com que as famílias rejeitem a homossexualidade como algo natural em determinados grupos. Essa desinformação permite algumas interpretações errôneas e cercadas de preconceitos, pois a classificam como desencadeadora de práticas sexuais promíscuas, anormais, menores, algo que desqualifica o sujeito. Tais interpretações deixam essas pessoas sujeitas a enfrentar diversas falsas acusações durante a vida, assim o indivíduo da comunidade LGBT é obrigado a carregar vários estigmas, injustamente, e a estar sempre carregando o peso social e emocional de provar a sua inocência, algo desnecessário e rotineiro. Para Sarah Schulman:

A mais tipicamente vulgar das falsas acusações que os homossexuais enfrentam é aquela que prega que a homossexualidade é de alguma forma errada e/ou inferior à heterossexualidade. É o típico argumento "enfumaçado", tão ridículo, de fato insano e sem nenhuma justificativa, que apenas termos de refutá-lo é, em si mesmo, desumanizante. Nós conhecemos o padrão: o perpetrador falsamente acusa a vítima, de forma a criar uma "cortina de fumaça" que obscurece a agência do próprio perpetrador. Eu digo que é uma "cortina de fumaça", porque, além de criar um injustificado ônus da prova para a pessoa gay, também obscurece o verdadeiro problema em questão, isto é, a homofobia do perpetrador. (SCHULMAN, 2010, p.72).

⁶ A sigla LGBT é utilizada pelos movimentos sociais brasileiros e também pelos órgãos governamentais para se referirem aos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.





Essas acusações acabam por fazer com que as sexualidades consideradas clandestinas estejam sempre no desenvolvimento de argumentos que as defendam da sua falta de cientificidade, ou seja, além do combate à homofobia advinda das ruas, faz-se necessária constante vigilância de discursos que usam a falta de material científico comprobatório, para deslegitimar as diversas formas de sexualidade, e assim, condená-las ao estranhamento social. Ainda que não houvesse estudos científicos demonstrando a existência das diversas sexualidades, a naturalidade vem da relação e orientação de um grupo de pessoas para outras formas de ver e vivenciar a sexualidade e caso essa seja a forma normal com que elas veem e gostam de desfrutar dos seus próprios desejos, não há anormalidade no ato, uma vez que se ancoram em princípios de amor, respeito e dignidade. E assim essas formas de afetividade não podem ser definidas pelos controles impostos por uma sociedade, que é predominantemente heterossexual. Ou seja, a aceitação das diversas formas de sexualidade não deve ser posta a cargo de sujeitos heterossexuais, sejam eles da família ou do ciclo de amigos, cabe a cada um decidir de que forma quer vivenciar sua sexualidade.

O ato de assumirem-se homossexuais dentro do ambiente familiar tende a desencadear as mais terríveis violências, sejam elas de ordem psicológica, física ou moral. Essas violações são um avanço da agressão já sofrida anteriormente, pois quando há desconfiança por parte da família que algum dos seus entes possui *tendências homossexuais* é implantada a cultura do medo, geralmente, alicerçada em determinadas agremiações religiosas com a finalidade de formalizar e solidificar atitudes denominadas de moral e bons costumes pautados em crenças e dogmas de religiões. Esse processo de moralização produz a exclusão social, com tendência a inferiorizar e demonizar pessoas e relacionamentos homoafetivos. Com base nessa perspectiva Sarah Schulman acrescenta:



As especificidades e dimensões da homofobia familiar são amplas. Elas podem variar desde pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, chegando a ataques brutais que deformam a vida da pessoa gay, ou até a crueldades diretas e indiretas que literalmente acabam com a existência daquela pessoa. É claro que o impacto disso irá variar de acordo com outros tipos de sistemas de apoio que a vítima consiga acessar, com o quão comprometida é a sua família no reforço da homofobia e com os tipos de intervenção realizados por terceiros. Caso os preconceitos da família sejam flexíveis, caso a vítima tenha uma rede de apoio consistente e confiável e caso outros indivíduos na família ou na comunidade intervenham ativamente na denúncia, portanto, na mitigação do impacto da crueldade, a homofobia familiar pode ser um obstáculo desnecessário, mas superável. (SCHULMAN, 2012, p. 70).

O homossexual conhece a homofobia, primeiramente, no próprio ambiente familiar e, talvez, essa seja a pior delas. Contudo, seu impacto, na vida da pessoa LGBT, vai depender do grau de homofobia existente naquela família, no grau de intervenção de agentes que ousarão falar contra essa homofobia e de quão consistentes são os ataques homofóbicos vivenciados por essa pessoa. Ou seja, o impacto na vida da pessoa homoafetiva é variável e depende muito do ambiente e das pessoas que ali estão, todavia, é inegável que haverá impacto, a variação dar-se-á somente no grau de intensidade com que ele pode atingir o indivíduo a que foi direcionado.

É possível observar que são negados tanto ao sujeito homossexual quanto ao heterossexual modelos positivos sobre a homossexualidade. A memória formada em seu primeiro ambiente de convívio, no tocante à homossexualidade, tende a ser negativa e pejorativa. Com isso, a construção social familiar, a respeito da temática, via de regra, é extremamente prejudicial à sua construção de visão de mundo. A homofobia é conhecida e construída no ambiente familiar, uma vez que este a reproduz sem nenhuma reflexão ou contraponto. Segundo nos aponta Louro:





Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença. (LOURO, 2003, p. 61).

Nesse aspecto, a imagem construída sobre a homossexualidade que as crianças brasileiras conhecem é uma imagem construída para que ela acredite que aquilo é errado. É como se fossem implantados sentimentos de negatividade para que assim a família se precavesse de ter um homossexual entre seus membros. Diante dessa perspectiva de análise Schulman apregoa:

Existem duas experiências que a maioria dos homossexuais compartilha. Uma é a de "assumir-se", processo de interrogação pessoal em oposição à expectativa social, que não tem quaisquer paralelos na vida heterossexual. A segunda experiência comum é que fomos, cada um de nós, em algum momento de nossas vidas, inferiorizados por nossas famílias simplesmente, mas especificamente, por causa de nossa homossexualidade. Essa experiência é, por sua vez, espelhada pelo sistema legal e pelas estruturas sociais dominantes, através das quais as pessoas gays devem viver, assim como nas artes e nas indústrias de entretenimento, as quais selecionam e controlam nossas representações. (SCHULMAN, 2012, p. 69).

À vista disso, é possível perguntar: Por que essa forma de expressão da sexualidade causa medo, repulsa e rejeição a ponto de que grande parte da sociedade espelhe essa aversão de forma a maltratar e excluir toda a comunidade LGBT?

Vive-se em um modelo de sociedade em que o machismo e o sexismo estão vigentes e definem grande parte do que é positivo, benéfico. E essa construção está ligada fortemente com a primazia do masculino, o viril ou tudo ligado ao homem. Compreende-se que a homossexualidade é rejeitada mais enfaticamente por conta da sociedade considerar que o homem, nascido com o *privilégio de ser homem*, não tem o direito de se rebaixar ao ponto de adquirir trejeitos e traços femininos. Fato inaceitável na visão dos machistas,





visto que, segundo sua lógica de supremacia, tal postura ridicularizaria os homens e os submeteriam a algo inferior. Segundo nos propõe Daniel Welzer-Lang:

As relações sociais de sexo se exercem de maneira transversal ao conjunto da sociedade, fazendo com que homens e mulheres sejam atravessados (as) por elas. É então nessa perspectiva que eu propus que se definisse a homofobia como a discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero. A homofobia engessa as fronteiras do gênero. (WELZER-LANG, 2012, p. 465).

Por conseguinte, percebe-se que a homofobia traz consigo aversão ao que seria diferente do padrão esperado. Isso pode se verificar naqueles que se comportam com os códigos e linguagens que eram esperados no sexo oposto ao seu. Essa rejeição fica ainda mais forte quando o sujeito é do sexo masculino e se comporta com códigos e linguagens do sexo feminino.

É importante ressaltar que esses códigos e linguagens nos são implantados desde a infância e é no ambiente familiar que essas memórias são construídas, ou seja, serão padrões que o sujeito vai levar como verdade, muitas vezes, pela vida toda.

Sendo assim, as memórias que as pessoas constroem sobre a homossexualidade são selecionadas por seus familiares e, estes, por considerarem que homossexualidade não é natural, passam a depreciar essa forma de vivenciar a sexualidade causando transtornos e falta de aceitação que vão refletir tanto na vida escolar como na vida adulta, que é quando esse indivíduo precisa conviver com as diferenças.

HOMOFOBIA NA ESCOLA: UM AMBIENTE HETERONORMATIVO

A sociedade brasileira foi e continua sendo conservadora, apesar de alguns progressos, muitas pautas encontram diversas barreiras para que não avancem. Dentre essas pautas, podemos citar as discussões de sexualidade no âmbito escolar, essa discussão ainda





é tabu, seja por impedimento dos familiares das crianças, dos professores ou da própria escola que adota uma postura conservadora mediante a esse tema. De acordo com Pierre Bourdieu:

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da "escola libertadora", quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais [...]. (BOURDIEU, 1998, p. 41).

É possível tomar essa relação que a escola tem com a sexualidade como um problema a ser enfrentado, pois como discutido no tópico anterior, essa criança chega na escola carregada de desinformação e até mesmo preconceito e ela, escola, em vez de combatê-los, simplesmente os ignora ou continua reforçando-os. Louro acrescenta:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entram distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. (LOURO, 2003, p. 57).

É preciso considerar em relação à abordagem desses assuntos, na escola, o papel do professor, que por falta de formação específica, ou devido aos seus próprios preconceitos, não consegue trabalhar o tema em sala de aula. Desse modo, verifica-se que o problema não é unicamente das escolas que não trabalham o tema. Há que se fazer uma análise mais abrangente para o problema, que, notadamente, passa pela formação desses professores. Se essa é uma questão recorrente nas escolas do Brasil, por que ela não está inclusa na formação desses professores? A resposta nem sempre é simples: inúmeros fatores contribuem para a formação precária do professor no Brasil.





Constitucionalmente, o país é laico, todavia, em se tratando de política educacional é possível observar a influência da Igreja Católica e das mais diversas denominações de religiões protestantes interferindo diretamente, por intermédio de suas bancadas de deputados e senadores em especial nessa temática, impedindo assim currículos e práticas educacionais que abordem mais a sexualidade e eduquem crianças e adolescentes para uma postura de aceitação e naturalização de formas múltiplas de afetividade e comportamentos desligados aos padrões.

Ademais, é importante frisar que uma vez vivenciada e estimulada a homofobia no seio do lar, a tendência é que as mesmas práticas sejam reproduzidas no convívio social com seus colegas de escola e como essa prática não é combatida e desnaturalizada, esta torna-se corriqueira na vida desse indivíduo da mesma forma que se naturalizou na sociedade. De acordo com o pensamento de Nilson Fernandes Dinis:

A homofobia se tornou, no mundo contemporâneo, um dos últimos preconceitos ainda tolerados. Qualquer brasileiro (a) pode se lembrar facilmente de vários nomes da política nacional ou dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos que defendem publicamente o direito das minorias étnico-raciais, das mulheres, das (dos) presidiárias (os), dos (as) sem-terra, das pessoas com necessidades educativas especiais, mas que se escondem quando o assunto em pauta é o combate à violência ou a luta pelos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Na atualidade poucas pessoas ousariam expressar publicamente formas de sexismo contra as mulheres, ou formas de racismo que incentivem explicitamente o preconceito contra a população negra, contra a população judaica, contra a população indígena, ou outras minorias étnico-raciais. No entanto, dizer publicamente não se simpatizar ou mesmo odiar pessoas homossexuais ainda é algo não só tolerado, como constitui também em uma forma bastante comum de afirmação e de constituição da heterossexualidade masculina. (DINIS, 2011, p. 41).

Nesse sentido, a escola deve ficar atenta a determinadas ações que podem acontecer dentro do seu espaço físico. Ações essas que podem ser promovidas e/ou acatadas por seus profissionais.





Nesse contexto, é comum tentar transferir para a vítima a condição de culpado, usando o argumento de *jeito* e *trejeitos* diferentes da maioria.

O ambiente escolar nem sempre é acolhedor e inclusivo, nesse caso, um ambiente escolar cercado pela naturalização da homofobia acaba por promover e provocar na comunidade LGBT o abandono escolar. Pois, estes, constantemente são vítimas de agressões, piadas e do ódio de seus amigos e professores. No tocante a piadas, essas produzem uma situação extremamente constrangedora e humilhante, muitas vezes, este aluno entra em estado depressivo e não quer frequentar mais a escola. Podemos exemplificar esta situação citando Donald Sabo ao contar um caso ocorrido com um aluno que nem se tem certeza se é homossexual ou não:

Lembro-me do seguinte episódio dos meus dias como jogador de futebol na escola de segundo grau: um garoto do segundo ano chamado Brian, um rapaz grande, mas gorducho, carecia de força física e do "instinto assassino" que, segundo nos ensinavam, era preciso para ser um bom jogador. Num dia quente e úmido, o treinador Shumock decidiu dar uma lição naquele rapaz. Chamou todo o grupo de defesa e obrigou o Brian a bloquear cada um de nós, um depois do outro. O tempo inteiro, o treinador o atormentava: "Quantas irmãs que você tem em casa, Brian? São seis ou sete? Quanto tempo demorou sua mãe para descobrir que você era menino, Brian? Quando foi que você deixou de usar vestidos como suas irmãs, Brian? Talvez o Brian gostaria de fazer uns biscoitos para nós amanhã, meninos. Você é mole, Brian, talvez mole demais para este time. O que vocês acham, meninos, O Brian é mole demais para nosso time?". A provação continuou durante uns dez minutos, até o Brian desmoronar-se, exaurido e chorando. O treinador tinha vencido. Tive pena de Brian, talvez ele não fosse uma "fera" de bom jogador, mas estava lá, suando e se maltratando fisicamente como todos nós. No entanto, eu percebia que "ser mole" tinha de ser evitado a qualquer custo. Em última instância, me aliava com o treinador e o resto do time, me identificava "para cima" com a hierarquia masculina, em solidariedade com o time, e não "para baixo" com a vulnerabilidade e o sofrimento de Brian. Hoje eu sei que as mensagens homofóbicas do treinador ficariam comigo muito tempo, muito tempo depois das lágrimas de Brian secarem no sol daquele dia quente. (SABO, 2002, p. 38-39).





Trata-se apenas de um episódio retratado em um artigo científico, dentre os inúmeros já publicados e que não cabe neste momento mencioná-los, a análise neste caso dar-se-á na postura e papel do professor que, muitas vezes, atua como propagador da ideologia machista, que tanto interfere na vida dos estudantes, sejam eles homossexuais ou não. Pode se deduzir que se esse professor faz tal tipo de brincadeira, com certeza, ele trata como algo normal agressões homofóbicas entre os estudantes. Cabe uma pergunta neste momento: Qual o nosso papel social como professores? Não seria o de também educar para a vida? Quais os cidadãos que estamos formando? Certamente não é um cidadão propagador de preconceitos, racismo e homofobia que desejamos formar.

Talvez esse educador nem perceba que o que fez é errado e que isso possa causar traumas para aquele aluno, pois aquilo está tão naturalizado nas suas relações, que nem mesmo ele consegue enxergar o quão prejudicial possa ter sido. Nesse sentido, Louro apregoa:

Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas "críticas"). Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui. (LOURO, 2003, p. 64).

As relações escolares tendem a serem dificultosas para o sujeito homossexual, na maioria das vezes, nem ele próprio descobriu sua sexualidade ainda, entretanto já está sendo apontado por seus amigos como homossexual e, com isso, acaba tendo que se assumir precocemente ou se esconder, por toda a vida, pelo medo da repressão que virá a sofrer da sociedade. Segundo Louro:

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém "assuma" sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo - inato a todos - deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou





vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância. (LOURO, 2003, p. 30).

Com toda essa desinformação, esse sujeito conclui sua fase escolar, e faz-se necessário emitir os seguintes questionamentos, seja ele heterossexual ou homossexual: como respeitar algo que ele só teve contato por meio de difamações, piadas pejorativas e agressões? Qual a expectativa de um sujeito homossexual que sai da escola com essas referências de si mesmo? Nenhuma! Pois as pessoas em quem ele mais confiava, sejam eles familiares, professores ou amigos, destruíram suas expectativas. Este jovem foi submetido a um sistema escolar que prega somente um modelo sexual a seguir: o heteronormativo, sendo assim, em sua cabeça, não há outra possibilidade. Nesse sentido Dinis salienta:

Essa ignorância sobre o tema, assim como a presunção assumida por professoras (es) de que a escola só deva discutir assuntos universais, sendo somente a norma da heterossexualidade concebida como natural e universal, exclui a sexualidade de estudantes LGBTTs e faz com que a diversidade sexual e de gênero seja um tema excluído do currículo, mesmo das aulas de Educação Sexual. (DINIS, 2011, p. 47).

O *silenciamento* das outras formas de manifestação da sexualidade precisa ser superado, pois, uma vez que a heterossexualidade é posta como única digna de ser expressa e de ser respeitada, nesse ponto já ocorre o detrimento das outras, no ambiente escolar em que muitos podem ser vistos, representados legitimamente, enquanto outros se encontram no campo do invisível e do desagradado. Levar a discussão da sexualidade para a escola requer primeiro conhecimento do tema, e conseqüentemente, aceitação, respeito e dignificação do diferente.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, em ampla perspectiva, consiste em um espaço social conservador, exercendo assim, ainda que para muitos dos seus profissionais seja imperceptível esse viés, um papel incisivo de conservar as desigualdades sociais. Todavia, é em outra perspectiva o melhor espaço para combater a homofobia ou qualquer outra forma de discriminação. Visto que é um ambiente de ensino e cultura, e de convivência contínua e agregadora de vários representantes da pluralidade da sociedade brasileira.

Nesse contexto, os saberes docentes são essenciais para desconstruir paradigmas de uniformização da sexualidade. Assim, dispor de profissionais da educação atualizados e bem preparados para lidarem com essas situações é essencial. Com formação eficaz e movidos por valores éticos de solidariedade e empatia, esses professores vão mudar para sempre a vida de milhares de alunos, proporcionando-lhes um ambiente de respeito para sua formação escolar, condições que lhes são garantidas legalmente.

Como se abordou anteriormente, esses sujeitos só tiveram experiências negativas com a homossexualidade, seja no contato familiar ou escolar. Sendo assim, se forem observados como sujeitos sociais, históricos, portanto, cidadãos; é compreensível que se tornem mais intolerantes e avessos a aceitar as diferenças. Não se pode relatar esse fator como único, todavia, é certo que a família e a escola possuem grande responsabilidade na constituição do sujeito que odeia homossexuais. Visto que se foram essas duas instituições sociais as maiores difamadoras desse modo de vida, o ônus da culpa também seria delas; uma vez que este jovem é dotado de consciência histórica e isso está ligado a sua vida prática e a sua forma de lidar com o mundo.

Por isso, é fator preponderante analisar-se qual é a responsabilidade que a escola e a família possuem quando não fornecem outro olhar sobre a homossexualidade para esse jovem. Segundo relata Maria Auxiliadora Schmidt:





[...] a relação intrínseca entre consciência histórica e vida prática remete, necessariamente, à compreensão de como a ação humana no presente está matizada pelas determinações das diferentes dimensões da cultura histórica: a dimensão cognitiva, estética, política, ética e moral, dependendo da abrangência dessas dimensões na formação da consciência histórica dos agentes. Assim, uma análise da relação entre a formação da consciência histórica e a vida prática de jovens pode levar em consideração o significado que têm determinados acontecimentos, como as manifestações de rua, nesse processo, particularmente quando estas manifestações têm como horizonte reivindicações de direitos básicos relacionados à vida prática dos sujeitos. (SCHMIDT, 2016, p. 33).

No Brasil, há um treinamento social oculto em especial entre os jovens que são treinados para odiar a homossexualidade, visto que há uma relação com o feminino. Com isso, colocam a homossexualidade à margem, como se não fosse uma expressão da sexualidade, como se fosse uma manifestação de falta de caráter de quem é homoafetivo. E essa consciência enraizada na mente e nos valores está extremamente ligada à memória que foi construída nos ambientes nos quais construiu sua formação social, dentre eles a família e a escola. Segundo Ana Maria Monteiro:

Os professores precisam estar atentos às representações sociais de que seus alunos são portadores e procurar dialogar, lidar com elas no seu trabalho, principalmente no ensino de história, no qual estará trazendo revisões e críticas a saberes consolidados, e que servem para a comunicação entre os grupos aos quais seus alunos pertencem. (MONTEIRO, 2007, p. 13).

Se os professores e a comunidade escolar estiverem atentos a quais grupos seus alunos pertencem, poderão ir além e descobrir preconceitos enraizados e que podem ser combatidos, pois é nesse sentido que uma educação libertadora deve caminhar e não seguindo a cultura do *silenciamento* de alguns grupos. De acordo com Louro:





[...] tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não-dito, aquilo que é silenciado - os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais — e da homossexualidade — pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda "eliminá-los/as", ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas "normais" os/as conheçam e possam desejar-los/as. Aqui o silenciamento — a ausência da fala — aparece como uma espécie de garantia da "norma". A ignorância (chamada, por alguns, de inocência) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos "bons" e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às "gozações" e aos "insultos" dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. (LOURO, 2003, p. 67-68).

Dessa forma, a escola precisa urgentemente tomar para si a responsabilidade de desconstruir preconceitos e fazer com que jovens se sintam acolhidos, sejam eles pertencentes a qualquer grupo. Um ambiente social que propaga a supremacia heterossexual deve ser repensado pela coletividade. Se todos têm direito à educação, todavia, se essa educação exclui e faz com que alguns grupos evadam da escola, esse sistema educativo não está sendo universal, ao contrário, ele está sendo excludente. Nesse sentido, é preciso que o ambiente escolar trabalhe as diversas formas de expressão da sexualidade e que nela todos e todas se sintam confortáveis.

Somente ensinando diversidade sexual nas escolas é que se conseguirá dar os primeiros passos para a tolerância, respeito e cidadania. Ademais, há que se reforçar o papel de todos nesta luta, pois seja direta ou indiretamente, todos sofrem com uma sociedade machista e homofóbica. Infelizmente, pode-se dizer que a morte de homossexuais não é algo que tem acontecido por acaso, como parte da sociedade intenciona apregoar. No Brasil, talvez, essas mortes sejam um projeto de higienização de uma casta conservadora que tomou o poder, e, sob alegação de proteção da família, busca





conservar convenções opressoras que fazem sofrer ou levam à morte milhares de brasileiros e brasileiras. Com isso, vale dizer que a escola tem papel preponderante no combate à homofobia e pode contribuir para tornar este país seguro para todos, inclusive para a população LGBT.

REFERÊNCIAS

BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito; trad. *Guilherme João de Freitas Teixeira*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, p. 39-64, 1998.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. *Educar em revista*, n. 39, p. 39-50, 2011.

GGB, Grupo Gay da Bahia. *Assassinato de LGBT no Brasil, Relatório 2016*. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf> Acesso: em 20 set. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes, 2003.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: entre história e memória. *História e Educação: territórios em convergência*, Vitória, v. 1, 2007.

SABO, Donald. O estudo crítico das masculinidades. *Adelman M, Silvestrin CB, organizadores. Coletânea gênero plural*. Curitiba: Editora UFPR, p. 33-46, 2002.





SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Jovens brasileiros, consciência histórica e vida prática. In: *História Hoje*, v. 5, n. 9, p. 31-48, 2016.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, p. 67-78, 2012.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

Recebido em: 03 de janeiro de 2019

Aceito em: 14 de abril de 2019

